

## Propostas da CPI começam a mudar leis do sistema financeiro

Regulamentação do sistema de riscos das operações financeiras, limite à ação do BC no mercado futuro de câmbio e novas exigências na forma de apresentar a programação monetária são matérias na pauta do Senado nesta semana



Bello Parga presidiu a CPI que sugeriu mudanças na legislação do sistema financeiro

A avaliação de riscos das operações financeiras poderá tornar-se mais precisa. Proposta que regulamenta a prestação de informações ao Sistema Central de Riscos de Crédito do Banco Central está na pauta de amanhã do

Plenário do Senado. O projeto é um dos dez apresentados pela CPI dos Bancos, que atuou no ano passado no Senado. Mais duas propostas estão na pauta desta semana e três foram aprovadas na semana passada.



João Alberto quer mecanismo que reduza o risco das operações financeiras

PÁGINA 3

### COMISSÃO DO SALÁRIO MÍNIMO



Iris Rezende, presidente da Comissão Mista do Congresso que apreciará MP do salário mínimo

### Exame da MP tem início com audiência pública amanhã

Deputados e senadores que examinarão a MP elevando o salário mínimo para R\$ 151 a partir de hoje realizam amanhã, às 17h, uma audiência pública para ouvir relator da comissão da Câmara que discutiu o mínimo.

PÁGINA 4



Quebrando o protocolo, Xanana Gusmão e Geraldo Melo trocam broches em sinal de amizade

### Senadores recebem visita de Xanana Gusmão, o líder do Timor Leste

A sessão plenária da última sexta-feira foi interrompida durante 30 minutos para que os senadores pudessem saudar a visi-

ta do líder da resistência e presidente do Comitê da Reconstrução do Timor Leste, Xanana Gusmão.

PÁGINA 2

### CAE

### Parecer sobre responsabilidade fiscal deve ser votado logo

Amanhã, a partir das 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos deverá apreciar o parecer do relator Jefferson Péres ao projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. Se aprovado, será enviado imediatamente ao Plenário.

PÁGINA 4



Jefferson apontou problemas no projeto mas preferiu não emendá-lo para não atrasar vigência

# Senadores saúdam Xanana Gusmão, líder do Timor Leste

Atendendo sugestão do senador Geraldo Melo, acatada por unanimidade, Senado suspendeu, por 30 minutos, a sessão de sexta-feira

Depois de o Plenário acatar por unanimidade uma sugestão do primeiro vice-presidente Geraldo Melo (PSDB-RN), o Senado suspendeu por 30 minutos a sessão de sexta-feira para receber o líder da resistência timorense e presidente do Comitê de Reconstrução do Timor Leste, Xanana Gusmão:

— Embora não se trate ainda de um chefe de Estado, é uma personalidade que tem para o mundo de hoje uma importância que a História já começa a reconhecer. Se há algum país que tem o dever de ajudar a demonstrar aos timorenses que a democracia e a liberdade valem a pena, este país é o Brasil — disse Geraldo Melo, que presidia a sessão plenária.

Para Melo, é fundamental o apoio de todas as nações para a reconstrução do Timor Leste. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aplaudiram a iniciativa do senador pelo Rio Grande do Norte.

Pela manhã, o primeiro vice-presidente Geraldo Melo recebeu em nome da Mesa do Senado o líder Xanana Gusmão, que agradeceu o apoio do Brasil à luta pela libertação e ao trabalho de

reconstrução do país. Durante o encontro, que contou com a participação de mais nove senadores, Geraldo Melo, fora do protocolo, ofereceu seu broche de senador a Xanana, como homenagem pessoal e gesto para testemunhar a aproximação entre os dois países de fala portuguesa. O visitante presenteou Melo com seu broche de membro do Conselho Nacional da Resistência Timorense.

Xanana relatou aos parlamentares os esforços para reconstrução do Timor Leste e os compromissos de seus dirigentes com a democracia e o respeito aos direitos humanos. O primeiro vice-presidente do Senado saudou a vitória do povo timorense e reafirmou o apoio do Senado brasi-



Xanana Gusmão (E), recebido pelos senadores Geraldo Melo, Roberto Freire e Eduardo Suplicy

leiro ao esforço de reconstrução, “em uma parceria especial pela identidade da língua”.

Estiveram presentes os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), José Fogaça (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ademir Andrade (PSB-PA), Lauro Campos (PT-DF), Roberto Freire (PPS-PE), Tião Viana (PT-AC), Jefferson Péres (PDT-AM) e Nabor Júnior (PMDB-AC).

## Para Suplicy, Brasil deve ajudar país-irmão

A independência do Timor Leste representa a vitória da justiça e do Direito, disse, em Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). “Vamos ficar atentos para verificar que nosso governo cumpra as decisões tomadas e para incentivar a sociedade civil a fazer sua parte na reconstrução de seu país”, afirmou Suplicy em homenagem a Xanana Gusmão.

Neste momento em que, segundo o senador, o Brasil vive uma grave crise na sua história, a presença de Xanana representa um novo alento à população, por ser

prova viva de que os brasileiros também podemos obter sucesso. “Ficamos emocionados ao ouvi-lo dizer que sua vitória é nossa vitória, mas não merecemos tal generosidade, porque foram poucas as vezes que se ergueram no Brasil em favor do Timor Leste nesses seus 25 anos de luta”, enfatizou.

Suplicy lembrou que, nos últimos anos, o PT procurou divulgar a causa do povo timorense, mas esbarrou sempre na incredulidade dos que consideravam a causa da independência do Timor como utópica e impossível. “Oxalá, daqui

para a frente, possamos merecer o título de irmão mais velho que o senhor nos deu e que tanto nos honra”, disse.

O senador fez questão de citar os timorenses que visitaram o Brasil para divulgar suas idéias de independência, como o professor José Ramos Horta, detentor do Prêmio Nobel da Paz, bem como os brasileiros que trabalharam e continuam trabalhando pelo Timor Leste. O senador Ademir Andrade (PSB-PA), que presidia a sessão, também saudou o comandante Xanana Gusmão em nome da Casa.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2000

## PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

Brasil 500

## ESPECIAL

## Comissão de Infra-Estrutura

Hoje, amanhã e quarta-feira, os senadores da subcomissão encarregada de investigar o vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias, da Petrobras, na baía da Guanabara, realizarão audiências públicas e visita às localidades atingidas.



## PREVISÃO

## PLENÁRIO

## Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Emendas da Câmara ao PLS nº 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; PLS nº 683/99 (votação nominal), que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PLS nº 420/99, que inclui, no currículo do ensino médio, a disciplina Cidadania, Direitos e Garantias Individuais, e adota providências correlatas.

## Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação nominal do PLS nº 684, altera o art. 12 da Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional; Requerimento nº 105/2000, do senador Romero Jucá, solicitando a retirada do PLS nº 551/99, de sua autoria; e Requerimento nº 118/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 55/2000 com os de nº 63, 97 e 159, de 1999, que já se encontram apensados ao 453/99, por versarem sobre a mesma matéria.

## Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 90/99, altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PLS nº 685/99, altera os arts. 6º e 7º da Lei 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; Requerimento nº 107/2000, do senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 602 e 571, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria; e Requerimento nº 119/2000, da senadora Heloísa Helena, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 77/97 com o PLS nº 618/99, por versarem sobre a mesma matéria.

## Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

## Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

15h — Comissão Mista sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

17h — Comissão Mista do Salário Mínimo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5

## Quarta-feira

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

9h30 — Comissão Mista dos Fundos Constitucionais. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

17h — Comissão Mista do Salário Mínimo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

## ESPECIAL

## Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: O Descobrimento do Brasil, de Humberto Mauro. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CPI gera mudança nas leis do sistema financeiro

Limite à emissão de debêntures, nova regra para contratos no âmbito do mercado de capitais e exigência de maior transparência no balanço das empresas são alterações já aprovadas pelo Senado. Outras deverão ser apreciadas nesta semana

A CPI dos Bancos, que atuou de abril a novembro do ano passado no Senado, está gerando mudanças nas leis que regem atividades comerciais e do sistema financeiro. Em seu relatório final, a comissão apresentou dez propostas que alteram a legislação. Desse total, três foram aprovadas na semana passada pelo Plenário, três serão votadas no decorrer desta semana e outra — que cria seguro para garantir as operações do sistema imobiliário — está incluída na pauta do dia 13. As três remanescentes estão dependendo da apreciação pelas comissões técnicas da Casa.

Uma das propostas aprovadas pelo Senado na última quarta-feira obriga as empresas formadas com base em sociedades por quotas de responsabilidade limitada (Ltda.) a publicar, ao final de cada exercício fiscal, sua efetiva situação financeira. As informações deverão exprimir, de forma transparente, a posi-

ção patrimonial, contábil e financeira das empresas, inclusive com dados sobre as mutações ocorridas no período. A medida altera preceito constante do Código Civil.

Outra matéria acatada pelos senadores retira da abrangência do Código Civil os contratos negociados no âmbito do mercado de capitais — como os das bolsas de valores — que tenham como característica o fato de a liquidação ocorrer pelo cálculo da diferença entre o preço ajustado e a cotação que tiverem na data de vencimento do ajuste.

O terceiro projeto aprovado pelos senadores limita a emissão de debêntures pelas empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima. As debêntures são títulos de crédito ao portador e representam empréstimos amortizáveis, contraídos a longo prazo mediante garantia dos ativos da empresa. As propostas seguem agora para apreciação da Câmara.

## Avaliação de riscos pode tornar-se mais precisa

As instituições financeiras poderão ficar obrigadas a fornecer ao Sistema Central de Riscos de Crédito do Banco Central informações precisas sobre as operações que realizam. Para que isso aconteça, os senadores terão que aprovar projeto de lei apresentado pela CPI dos Bancos constante da pauta do Plenário de amanhã. Outras duas propostas, também oriundas da CPI e que abordam temas do sistema financeiro nacional, estão agendadas para as sessões deliberativas de quarta e quinta-feira.

O sistema que obriga a prestação de informações por parte das instituições financeiras já existe no âmbito do Banco Central mas ainda não dispõe de legislação que o regulamente. A intenção dos senadores da comissão, segundo descreveu o relator, senador João Alberto (PMDB-MA), é reduzir o risco que correm o BC e as demais instituições financeiras no momento de conceder empréstimos a clientes sobre os quais não conhecem a situação econômica real.

— As consultas à Central de Risco permitirão conhecer o volume das demais operações realizadas pelos interessados em ob-

ter crédito, o que pode reduzir os riscos e os custos financeiros para as partes — explica o senador.

A proposta define que, a critério do BC, outras instituições, além das financeiras, como as empresas públicas ou privadas, poderão ser solicitadas a informar seus dados. Também os empréstimos e operações financeiras do cidadão comum poderão ser monitorados pelo banco, pois o projeto estabelece que a Secretaria da Receita Federal irá disponibilizar ao BC os dados cadastrais de seus contribuintes — pessoas físicas ou jurídicas.

As financeiras e bancos poderão, por sua vez, e desde que autorizado pelo devedor, obter essas mesmas informações junto ao Banco Central. Tal situação não é caracterizada, na proposta, como quebra de sigilo bancário, fiscal ou comercial. Pelo contrário, para João Alberto, “o sistema financeiro nacional poderá modernizar-se e evitar os abalos resultantes de clientes que promovem sucessivas operações em vários bancos, em um processo de alavancagem que compromete a capacidade de solvência”, concluiu.



A CPI dos Bancos apresentou, em seu relatório final, dez propostas que modificam a legislação do sistema financeiro nacional.

## Projeto limita ação do BC no mercado futuro de dólar

Um dos projetos sugeridos pela CPI dos Bancos e que deve ser apreciado em Plenário na próxima quarta-feira define que o Banco Central somente poderá realizar operações de política cambial e monetária por meio das chamadas instituições *dealers* — aquelas que ficam responsáveis pela compra e venda de dólares junto a terceiros, quando o BC quer negociar.

Dessa forma, o banco ficará proibido de realizar negociações diretas no mer-

cado futuro de dólar, como as efetuadas, ano passado, junto aos bancos Marka e FonteCindam — e seus fundos — após o fechamento dos pregões da Bolsa de Mercadorias & Futuros. Tal fato foi amplamente criticado pelos senadores da CPI.

— Isto irá permitir que essas operações sejam realizadas em condições de mercado e mediante práticas equitativas — destaca em seu relatório o senador João Alberto Souza (PMDB-

MA). A medida prevê que as únicas exceções serão feitas às operações de redescontos, de empréstimos de liquidez e outras que tenham sido expressamente autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A proposta acrescenta parágrafo à lei que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e que cria o Conselho Monetário Nacional, editada em 1964.

## Programação monetária deverá incluir seus efeitos

O presidente do Banco Central, além de apresentar trimestralmente a programação monetária prevista para o país, deverá submeter à apreciação dos senadores o efeito esperado desse planejamento e ainda justificar sua intenção. A exigência faz parte de projeto de lei apresentado pela CPI dos Bancos e constante da pauta de votações para a próxima quinta-feira.

Da forma como prevê a lei atual, o BC já é obrigado a submeter ao Congresso e ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, a programação monetária para o período, com as previsões das altera-

ções que devem ocorrer na economia nacional e com estimativas das faixas de variação dos agregados monetários que assegurem a estabilidade da moeda.

— É uma prerrogativa parlamentar decidir sobre as matérias de competência da União. Para tanto, é necessário evidenciar os custos das propostas apresentadas, bem como facultar aos parlamentares escolher sobre a melhor relação custo-benefício da programação monetária — justifica o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) no relatório final da CPI.

A proposta determina também

que o Senado deverá, após a aprovação da programação pelo Conselho Monetário Nacional, realizar o seu estudo sobre a matéria. Caso não o faça em um prazo de dez dias do recebimento da mesma, as outras pautas em tramitação na Casa poderão ser sobrestadas, prevê o projeto.

O presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), destacou que todas as proposições da comissão têm o intuito de tornar eficiente o relacionamento entre as partes que compõem o sistema financeiro nacional.

## Precatórios e anabolizantes estão na pauta desta semana

Além das três matérias disciplinando o sistema financeiro, as atividades do Plenário do Senado nesta semana incluem projetos como o que restringe a venda de anabolizantes e a proposta de emenda constitucional que regulamenta o pagamento de precatórios, que deverá ser discutida em segundo turno.

Amanhã, o Senado examina duas emendas da Câmara a projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que restringe a venda de esteróides ou anabolizantes, compostos químicos capazes de exercer funções bioquímicas no organismo, com danosos efeitos colaterais. O projeto determina

que a venda desses medicamentos para uso humano ficará restrita à apresentação e retenção, pela farmácia, da receita emitida por médico ou dentista.

O projeto já havia sido aprovado em decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tendo sido enviado à deliberação da Câmara, de onde agora retorna aprovado, mas com duas mudanças. As emendas da Câmara eliminam o artigo que determinava ao Poder Executivo regulamentar a lei em 60 dias e o dispositivo destinado a revogar disposições em contrário. Relatora da matéria na CAS, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) manifestou-se favoravelmente às emen-

das, entendendo que elas aprimoram o texto.

Na quinta-feira, o Senado começa a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que cria uma nova disciplina para o pagamento de precatórios — as somas devidas pela União, estados e municípios em decorrência de sentenças judiciais e que, por falta de caixa, o poder público vem pagando mediante a emissão de letras no mercado.

A nova disciplina consiste em abrir um prazo de dez anos para os precatórios não pagos e ajuizados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista.



Ney Suassuna

# Comissão mista faz audiência pública sobre novo mínimo

Medida provisória que fixou o valor de R\$ 151 recebeu 31 emendas. Matéria deverá ser votada pelo Congresso até o dia 22

A comissão de deputados e senadores que examina a medida provisória editada pelo presidente da República elevando o salário mínimo de R\$ 136 para R\$ 151, a partir de hoje, fará audiência pública amanhã, às 17h. A comissão ouvirá o deputado Eduardo Paes (PTB-RJ), relator da comissão da Câmara criada para discutir formas de recomposição do poder de compra do salário mínimo.

Presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), a comissão marcará, na mesma reunião, a data em que ouvirá os ministros do Trabalho, Francisco Dornelles, da Previdência, Waldeck Ornelas, e da Fazenda, Pedro Malan. A princípio, seus integrantes querem que os depoimentos sejam realizados nesta semana, acelerando os trabalhos.

O relator da comissão mista, deputa-



Iris Rezende preside a comissão mista que examina a MP do salário mínimo

do Armando Monteiro (PMDB-PE), está examinando as 31 emendas apresentadas à MP. Entre elas encontra-se uma do PFL, assinada pelos senadores Paulo

Souto (BA) e José Jorge (PE), que propõe a elevação do mínimo para R\$ 177 em 1º de janeiro do próximo ano.

Boa parte das emendas dos parlamentares busca aumentar o salário mínimo em percentual acima do previsto na MP. Existem emendas que elevam imediatamente o mínimo para R\$ 180, para R\$ 177, para R\$ 216,68, para R\$ 224,68, para R\$ 195,50 e para R\$ 200 em 1º de maio.

Outras emendas pretendem que o salário mínimo seja reajustado a cada seis meses, acompanhado sempre de aumento real de 5% no período. A comissão tem prazo para votar o parecer de mérito do relator até o dia 7. Por lei, o Congresso terá mais 15 dias para votar a matéria, ou seja, até o dia 22 de abril.

## CRE analisa imposição de tetos tarifários para alimentos importados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para debater, entre outras matérias, projeto de lei que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações de produtos agropecuários. O projeto prevê que os limites perdem até que o Conselho do Agronegócio se pronuncie conclusivamente sobre a eventual favorabilidade, para a economia agrícola brasileira, dos termos das alterações no Acordo Agrícola firmado pelo Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) em decorrência da Rodada do Milê-

nio. O projeto é do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e tramita em caráter terminativo.

A medida não atinge as importações realizadas no âmbito do Mercosul e os produtos destinados à regularidade do abastecimento interno. Na justificativa, Cândido explicou que a iniciativa tem como objetivo salvaguardar os interesses da agricultura nacional no contexto atual do comércio internacional. Segundo o senador, as crises econômicas recentes causaram redução da demanda agrícola num momento de expansão da oferta mundial, levando os países desenvol-

vidos a tomar medidas protecionistas e subvencionistas internas para garantir a renda dos seus produtores.

— Enquanto isso, o governo brasileiro, indiferente aos vultosos prejuízos sofridos pelos agricultores do país, prossegue com a política de liberalização radical da economia agrícola — assinalou Cândido.

A CRE também analisa dois acordos internacionais sobre o combate à corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais e o que estabelece cooperação entre as academias diplomáticas do Peru e do Brasil.

## CAE pode votar amanhã parecer sobre projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã, a partir das 10h, o parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. Na última terça-feira, o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), concedeu uma semana para que os parlamentares examinassem o parecer do relator, que decidiu não propor mudanças ao projeto, limitando-se a três emendas de redação.

Caso os senadores aprovem o parecer, o projeto será enviado ao Plenário. Até agora, a proposta não recebeu mudanças no Senado (exceto de redação) e, assim, se for aprovada no Plenário, será enviada à sanção presidencial, pois já foi votada pelos deputados.

Em seu parecer, Jefferson Péres aponta problemas no projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, mas preferiu não emendá-lo, pois isso exigiria o retorno da matéria à Câmara, atrasando sua vigência. “Não podemos correr o risco

de adiar a votação desta matéria num ano eleitoral, quando sabemos que, a partir de junho, o ritmo dos trabalhos legislativos diminui”, ponderou. Jefferson sugere que o governo envie projeto ao Congresso logo a seguir, corrigindo as falhas já identificadas.

Também amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos apreciará projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que aumenta de R\$ 900 para R\$ 1.800 a isenção mensal do Imposto de Renda para os aposentados com mais de 65 anos de idade. Lobão argumenta que a isenção de R\$ 900 pode ter sido justa quando instituída, mas há anos esse valor não tem correção monetária e hoje perdeu o sentido da ajuda que se pretendia oferecer aos aposentados. O relator da matéria é o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que concorda com a proposta.

O mesmo projeto contém um artigo que pode beneficiar milhões de trabalhadores e aposentados que vivem ex-

clusivamente do rendimento assalariado ou das aposentadorias. Ele prevê que pessoas nessa situação não terão mais a obrigação de fazer a declaração anual de rendimentos, partindo do princípio de que a retenção mensal na fonte, feita “em bases correntes”, em nada modifica a declaração anual.

Consta ainda da pauta da CAE discussão de projeto do senador Edison Lobão que destina aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos os valores não pagos pela Caixa Econômica Federal dos prêmios de qualquer modalidade de loteria. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

No final da tarde de amanhã, a CAE realizará audiência pública para ouvir o diretor de Normas e Organização do Banco Central, Sérgio Darcy Alves, sobre o projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que institui a Conta-Pagamento Padrão, isenta de tarifas bancárias.

## Senadores investigam poluição no Rio de Janeiro e no Espírito Santo

Os senadores da subcomissão encarregada de apurar a poluição ambiental nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo realizarão de hoje até quarta-feira audiências públicas e visita à Refinaria Duque de Caxias, além das localidades atingidas pelo vazamento de óleo na baía de Guanabara. A subcomissão faz parte da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Hoje, a subcomissão realiza audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro pela manhã, e à tarde tem audiência com a diretoria da Petrobras. Amanhã, os senadores visitam

a refinaria e os locais atingidos pelo óleo. Na quarta, realiza audiência na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

As audiências contarão com depoimentos de autoridades estaduais, parlamentares, lideranças sindicais, entre outros. A criação da subcomissão foi proposta pelo senador Geraldo Lessa (PSDB-AL) para apurar as consequências do desastre ecológico ocorrido na baía de Guanabara. A subcomissão é formada pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Mauro Miranda (PMDB-GO), Arlindo Porto (PTB-MG), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Geraldo Lessa.

## Regulamentação do exercício da acupuntura será examinada pela CE

O exercício da acupuntura — método terapêutico que consiste na introdução de agulhas em pontos cutâneos para tratamento de certas doenças — consta de projeto que a Comissão de Educação examina amanhã, às 11h30. Oriunda da Câmara, a iniciativa prevê que qualquer profissional de saúde pode realizar acupuntura, e reconhece diplomas emitidos por escolas ou associações de classe para a atividade de técnico na área.

Relator da matéria na comissão, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) tem parecer favorável à iniciativa, mas na forma de substitutivo mais restritivo. Pelo seu texto, somente poderão exercer a acupuntura médicos, odontólogos e veterinários, inscritos nos respectivos conselhos federal e regionais, e desde que comprovadamente já trabalhem nesse método terapêutico há mais de três anos.



Geraldo Althoff apresentou substitutivo definindo quem pode exercer a acupuntura

Na mesma reunião, a CE examina projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o aeroporto em construção na cidade de Rio Branco (AC).

**CULTURA ao MEIO-DIA 500 anos**  
DE HUMBERTO MAURO

**O DESCOBRIMENTO DO BRASIL**  
Quarta-feira - 05 de abril - 12H  
Senado Federal  
Auditório Petrônio Portella

Realização: Apoio:  
COLUMBIA TRI STAR BUENA VISTA FILMES DO BRASIL

BRASIL 500 ANOS

# Fogaça: prejuízo com Proer pode chegar a R\$ 9 bi

Descartando cálculos que apontavam para um montante muito superior, senador diz que, pela primeira vez, o país está começando a ter uma noção clara das perdas provocadas pelo programa de saneamento do sistema financeiro

O prejuízo do Tesouro Nacional com o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) poderá chegar a R\$ 9 bilhões, avalia o senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele explicou que esse é o montante em títulos emitidos para cobrir eventuais ativos perdidos pelo Banco Central (BC) na administração dos bancos que quebraram após o Plano Real. Os papéis foram emitidos a título de "provisionamento" e ficarão caucionados, mas sobre eles o Tesouro pagará juros. "Pela primeira vez estamos tendo uma noção clara das reais perdas do país com o programa de apoio aos bancos", afirmou o senador.

Fogaça diz que é um equívoco calcular em R\$ 29 bilhões o prejuízo com a recuperação e as transferências dos ban-



Fogaça disse que a venda de bens assumidos pelo BC ainda pode reduzir o montante dos prejuízos

cos falidos a outras instituições. Os quase R\$ 30 bilhões teriam saído das reservas monetárias formadas pelos depósi-

tos compulsórios que todas as instituições financeiras fazem diariamente no Banco Central e que equivalem a 80% sobre os depósitos de correntistas.

— Esse dinheiro não saiu do Orçamento da União, nem das verbas destinadas à educação, à saúde e ao saneamento — garantiu o senador.

José Fogaça disse que o real prejuízo para os cofres públicos ainda depende de quanto o Banco Central conseguirá recuperar na venda dos bens que ficaram em seu poder com a venda da parte saudável dos bancos a outras instituições, de modo a ressarcir as reservas bancárias (conjunto dos depósitos compulsórios). Será preciso ainda observar a capacidade que os novos donos dos bancos terão de cumprir os compromissos assumidos junto ao BC.

## Senador defende venda de ações da Embraer

O senador José Fogaça defendeu a venda de 20% do capital da Embraer para o consórcio de empresas estrangeiras lideradas pela companhia europeia Aerospaciale. Ele acredita que essa é a saída possível e a mais adequada no momento para dar poder de fogo à empresa brasileira no disputado mercado mundial de pequenas e médias aeronaves.

Fogaça fez seu pronunciamento exatamente no dia em que a Organização Mundial do Comércio (OMC) decidiria sobre a procedência ou não das acusações de que a Embraer recebeu subsídios irregulares da parte do governo brasileiro. O processo foi aberto na OMC pelo Canadá, país de origem da Bombardier, principal concorrente da Embraer, em função da venda de aviões da companhia brasileira à empresa de aviação norte-americana Continental Express, no

valor de US\$ 6,7 bilhões.

Para o senador, a acusação feita pela Bombardier é "injusta". O que ocorreu, segundo ele, é que a produção das aeronaves teve de ser financiada por bancos internacionais num momento em que o Brasil ainda se ressentia da falta de credibilidade provocada pelas moratórias e atrasos no pagamento da dívida externa. Diante do chamado "risco Brasil", os bancos exigiram da Embraer juros muito acima dos cobrados normalmente no mercado internacional para esse tipo de operação e de empresas do porte e da saúde econômico-financeira da Embraer. Assim, o governo brasileiro viu-se na contingência de compensar a companhia pelos juros exorbitantes, sob pena de inviabilizar a operação ou torná-la não lucrativa. Foi procedida então a compensação por meio do Programa de Financiamento às Exporta-

ções (Proex), entendido como subsídio pela Bombardier.

Conforme Fogaça, o conflito mostra a necessidade que a Embraer tem de se fortalecer para fazer frente a seus competidores. A venda de parte do capital acionário a grupos estrangeiros poderá dar à empresa o respaldo financeiro e o apoio de grupos de lobby para se contrapor à pressão que parte de organizações privadas e instituições oficiais.

— Não se trata de desnacionalização, já que a empresa continuará com a maior parte das suas ações em mãos de brasileiros — explicou Fogaça.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse concordar com a venda parcial de ações da empresa e conclamou o Senado, e em particular a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a atuar com firmeza em defesa dos interesses nacionais.

## Ademir lamenta resultados negativos do Banco Central

O prejuízo de R\$ 13,041 bilhões anunciado pelo Banco Central (BC) foi criticado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Segundo ele, "até hoje não se tem notícia de um único banqueiro que tenha levado à falência o seu banco e que esteja na cadeia ou mesmo que tenha perdido os seus bens".

— Estão todos muito bem, passeando pelo exterior e vivendo como pessoas ricas e poderosas. Não perderam absolutamente nada do seu patrimônio pessoal e levam uma vida muito boa — afirmou o senador.

Referindo-se a discurso de José Fogaça (PMDB-RS), Ademir disse que o senador gaúcho cometeu um engano quando deu a entender que os recursos utilizados pelo Proer não eram do Tesouro Nacional. Ademir explicou que esses recursos podem não vir diretamente dos impostos arrecadados pela população, mas

grande parte deles foram conseguidos com a emissão de títulos da dívida pública pelo Banco Central (BC).

Para Ademir Andrade, os números são claros quando demonstram que os saques das reservas que os próprios bancos recolhem ao Banco Central (compulsório) somam apenas R\$ 14,3 bilhões do total do socorro do Proer de R\$ 29,9 bilhões. O restante, afirmou o senador, foram recursos diretos conseguidos mediante emissão de títulos da dívida pública. Ademir citou ainda o socorro de R\$ 8 bilhões ao Banco do Brasil, por ter sido obrigado a assumir títulos de precatórios da dívida do município de São Paulo, e o alerta do ministro da Saúde, José Serra, para o iminente colapso do Sistema Único de Saúde (SUS) por não ter R\$ 2 bilhões para complementar o seu orçamento.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR),



Ademir: BC com prejuízos enquanto banqueiros falidos levam "uma vida muito boa"

em aparte, discordou da opinião de Ademir em relação ao governo, que, segundo ele, tem proporcionado avanços sociais importantes para o país. Jucá deu como exemplo a ação de José Serra, dos ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e das Comunicações, Pimenta da Veiga, e explicou que os R\$ 2 bilhões que faltam ao SUS estão sendo providenciados na Comissão Mista de Orçamento.

Em relação ao Proer, Jucá disse que foi uma medida emergencial e necessária e que o dinheiro alocado não foi para os banqueiros, mas sim para dar lastro e promover o redimensionamento do sistema financeiro nacional.

## Enviado à Câmara projeto que unifica alíquotas do Simples

O Senado enviou ao exame da Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que unifica em 3% as alíquotas dos impostos cobrados das microempresas através do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos). O projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de forma terminativa

Álvaro Dias apelou aos deputados para que votem com rapidez o projeto, pois ele ajudará muito as microempresas do país, podendo inclusive levar a um aumento de receita dos estados. Conforme o senador, com as atuais três alíquotas, os microempresários evitam aumentar o faturamento para não pagar mais impostos. "Do jeito que está, a legislação empurra o empresário para o nanismo", observou.

Além de unificar as alíquotas cobradas dos microempresários (que hoje variam de 3% a 5%), o projeto eleva de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil o faturamento máximo anual para que um empresário seja considerado micro e, assim, tenha direito ao Simples. Na verdade, o Congresso já havia elevado esse valor ao votar em outubro do ano passado um projeto que alterou o Estatuto da Microempresa, mas o Executivo não regulamentou a nova legislação e, com isso, as secretarias de Fa-



Álvaro: lei em vigor "empurra o empresário para o nanismo"

zenda continuaram considerando micro apenas quem fatura no máximo R\$ 120 mil por ano, e não R\$ 240 mil.

O projeto também muda as faixas de receita e alíquota do Simples aplicadas às empresas de pequeno porte, que são aquelas cujo faturamento anual não passa de R\$ 1,2 milhão. Os empresários de

pequeno porte também pagarão alíquotas menores, conforme a proposta. A maior alíquota, por exemplo, cairá de 8,6% para 7%.

Os quadros abaixo mostram as alíquotas do Simples cobradas atualmente e como ficarão, caso os deputados aprove, sem mudanças, o projeto do senador Álvaro Dias.

LEGISLAÇÃO VIGENTE	
<b>Microempresas (receita bruta anual)</b>	
Até R\$ 60.000,00	3%
De R\$ 60.000,01 a R\$ 90.000,00	4%
De R\$ 90.000,01 a R\$ 120.000,00	5%
<b>Empresas de pequeno porte</b>	
Até R\$ 240.000,00	5,4%
De R\$ 240.000,01 a R\$ 360.000,00	5,8%
De R\$ 360.000,01 a R\$ 480.000,00	6,2%
De R\$ 480.000,01 a R\$ 600.000,00	6,6%
De R\$ 600.000,01 a R\$ 720.000,00	7,0%
De R\$ 720.000,01 a R\$ 840.000,00	7,4%
De R\$ 840.000,01 a R\$ 960.000,00	7,8%
De R\$ 960.000,01 a R\$ 1.080.000,00	8,2%
De R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.200.000,00	8,6%
O QUE O PROJETO PREVÊ	
<b>Microempresas</b>	
Até R\$ 244.000,00	3%
<b>Empresas de pequeno porte</b>	
Até R\$ 360.000,00	5,4%
De R\$ 360.000,01 a R\$ 570.000,00	5,8%
De R\$ 570.000,01 a R\$ 780.000,00	6,2%
De R\$ 780.000,01 a R\$ 990.000,00	6,6%
De R\$ 990.000,01 a R\$ 1.200.000,00	7,0%

## Jucá prevê reaquecimento do mercado imobiliário

Duas decisões tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) significarão a entrada de cerca de R\$ 4 bilhões no mercado imobiliário, disse sexta-feira o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Uma delas foi o aumento do limite de financiamento para a compra de imóveis através da Caixa Econômica Federal, que passará a ser de R\$ 150 mil. Antes da decisão, o limite era



Jucá: ampliação do mercado favorece a classe média

de R\$ 90 mil. "Isso ampliará o mercado comprador de classe média", avaliou.

A outra medida foi a elevação, de R\$ 180 mil para R\$ 300 mil, do limite de liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de imóveis. "As duas mudanças são importantes e certamente aquecerão a economia, gerando empregos e renda", disse Jucá.

# Nabor nega que esteja dificultando liberação de verbas para o Acre

Senador cita matéria publicada em jornal de Rio Branco para esclarecer que não é um dos parlamentares que agiriam no sentido de prejudicar a transferência de recursos federais ao estado

Ao citar matéria publicada no jornal *A Tribuna*, que circula em Rio Branco, no Acre, segundo a qual o senador Tião Viana (PT-AC) teria afirmado que alguns parlamentares estariam tentando inviabilizar a transferência de recursos para o estado, o senador Nabor



Nabor Júnior afirma que não age para prejudicar a administração estadual

Júnior (PMDB-AC) esclareceu que não faz parte de nenhuma ação que tenha como objetivo prejudicar a administração do governador Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores.

De acordo com Nabor Júnior, sob o título "Tião Viana alerta contra os que inviabilizam o OGU" (Orçamento Geral da União), o jornal publicou informações atribuídas a Tião Viana segundo as

quais parlamentares estariam atuando "até na calada da noite" para impedir a alocação de verbas para o Acre.

— Como a notícia não nomina as pessoas que Tião Viana tem receio que estejam desenvolvendo gestões para inviabilizar o governo do Acre, achei que é do meu dever vir

à tribuna dizer que, de minha parte, nunca ocorreu nenhuma ação que visasse impossibilitar a liberação de recursos para o Acre. Da maneira como foi publicado, eu não poderia deixar passar a oportunidade de esclarecer à população, para que não fique pensando ou fazendo julgamento temerário a respeito de minha atuação no Senado — justificou Nabor Júnior.

## Seguro-desemprego para seringueiros pode ser sobrestado

O senador Nabor Júnior anunciou que vai requerer o sobrestamento do projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que propõe a concessão de seguro-desemprego para o trabalhador extrativista vegetal, durante o período em que ele estiver impedido de exercer suas atividades. Nabor explicou que a proposta de Marina é idêntica a projeto apresentado por ele em 1996, já aprovado terminativamente no Senado e atualmente tramitando na Câmara dos Deputados.

— O projeto da senadora Marina Silva é redundante, versa sobre a mesma matéria do meu, que propõe a concessão do seguro-desemprego para os seringueiros profissionais durante o período em que estiverem impedidos de exercer suas atividades. Minha proposta foi baseada na aprovação de benefício semelhante para os pescadores artesanais, que desde 1991 passaram a ter direito ao seguro-desemprego durante o período do defeso — explicou Nabor.

Na opinião do senador pelo Acre, a situação dos seringueiros da Amazônia é semelhante à dos pescadores artesanais, já que no período de novembro a abril eles ficam impedidos de trabalhar devido à intensidade das chuvas que caem na região. Nabor acrescentou que, sem sua principal fonte de renda, que é a extração da borracha ou da castanha, os seringueiros passam a encontrar dificuldades para sustentar suas famílias.

## Senador diz que difusão de informações do Congresso favorece a democracia

Os benefícios do sistema de comunicação do Senado para a democracia e a administração pública foram lembrados na sexta-feira pelo senador Tião Viana. Ele destacou especialmente o Sistema de Informações do Poder Legislativo (Interlegis), comunidade virtual montada pelo Prodasen para interligar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores.

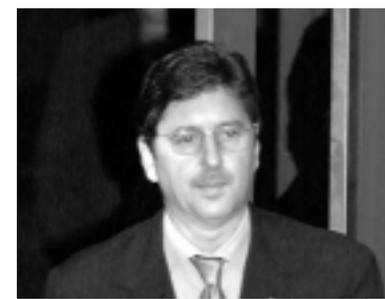
Juntamente com a TV e o Rádio Senado, o Interlegis propicia à sociedade brasileira amplo acesso às informações sobre as atividades da Casa, mas também difunde técnicas de administração (como o manejo do orçamento) a autoridades em âmbito estadual e municipal, observou. Entre as técnicas de difusão estão a teleconferência e o acesso a arquivos eletrônicos.

Segundo Tião Viana, até o dia 23 de março 22 assembleias e 240 municípios haviam aderido ao Interlegis, mas a meta de adesão para o primeiro ano de funcionamento do

sistema é de 27 legislativos estaduais e 548 administrações municipais. No caso das assembleias, essa meta já foi cumprida em 81,48%, faltando aderirem os estados do Amapá, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, disse. No caso dos municípios, a adesão já atingiu 43,79% do total projetado.

— Hoje o Brasil está atento ao que acontece no Legislativo, o que dificulta cada vez mais o voto errado — afirmou Viana.

O senador pelo Acre chamou a atenção para a desproporção entre os investimentos feitos pelo Congresso Nacional para dar transparência a suas atividades e aqueles feitos pelo Poder Executivo. O Interlegis, por exemplo, custará US\$ 50 milhões, divididos entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União. O prazo de desembolso é de três anos, quando serão adquiridos equipamentos e bens imóveis e montados sistemas administrativos, informou.



Maguito Vilela anunciou que tentará impedir a venda de duas estatais goianas

## Para Maguito, privatização em Goiás será uma "aberração"

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) protestou, na sexta-feira, contra a decisão do governador do estado, Marconi Perillo, de privatizar a Centrais Elétricas de Goiás (Celg) e a Saneamento de Goiás (Saneago). Segundo ele, o governador já enviou projeto de lei nesse sentido à Assembléia Legislativa do estado.

Para Maguito, a política de privatização do governo federal foi uma experiência malsucedida. Ele disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso "é um homem de princípios sadios, mas foi mal assessorado nessa questão". O senador entende que cabe aos parlamentares impedir que governos estaduais caminhem pela mesma trilha, cometendo os mesmos erros. Como senador, acrescentou, vai se unir a sindicatos e demais setores organizados da sociedade "para impedir essa aberração que o governador pretende fazer em Goiás".

No caso de Goiás, afirmou Maguito, a privatização dos setores de energia elétrica, água e esgoto se reveste de gravidade maior.

— Há suspeita de que o objetivo do governo goiano é usar os recursos da privatização para tentar sair do buraco administrativo em que se meteu, em consequência da criação de cargos de confiança para apaniguados políticos, com salários altíssimos. O comprometimento da receita com a folha de pagamento saltou de 62% para 90% em pouco mais de um ano — afirmou.

Maguito ressaltou que entregar patrimônio público como as companhias de energia elétrica, água e esgoto "já seria um erro, porque a iniciativa privada não irá investir nesses setores que demandam, ainda, muitos investimentos. Mas fazer isso para cobrir falhas administrativas é crime". Na sua avaliação, o governo de Goiás "demonstra uma insensibilidade inexplicável ao tentar tocar adiante esse projeto".



Tião Viana garantiu que, se sua intenção fosse referir-se a Nabor, teria citado seu nome

## Tião Viana confirma denúncia, mas explica que não se referiu ao colega

Ao confirmar a informação publicada em jornal do Acre, de que alguns parlamentares estariam tentando inviabilizar a transferência de recursos para o estado, o senador Tião Viana lamentou que o senador Nabor Júnior pudesse ter imaginado que teria sido incluído entre eles. Tião Viana esclareceu que, se fosse essa sua intenção, teria citado nominalmente o colega de bancada.

Por outro lado, Tião Viana afirmou que Nabor Júnior ainda não havia se posicionado sobre a divulgação de correspondência encaminhada pelo deputado federal José Aleksandro (PFL-AC) ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, solicitando que qualquer liberação de recursos ou assinatura de convênio com o ministério seja feita através de alguns parlamentares, inclusive o próprio Nabor.

— Sabemos que existe um amplo debate político, um confronto entre os partidos derrotados na última eleição e os que estão trabalhando com o governo, que já foi vítima de muitas injustiças. O governador Jorge Viana chegou até a ser ameaçado de morte por políticos detentores de meios de comunicação no estado — afirmou Tião Viana.

Especificamente sobre a correspondência de José Aleksandro, Tião Viana disse que o documento sugere a obstrução da liberação de recursos para o Acre. Sobre o assunto, Nabor Júnior esclareceu que não tem qualquer relação política ou pessoal com o deputado e que, se seu nome foi citado no ofício, isso ocorreu sem seu consentimento. "Não fui consultado nem autorizei que o fizesse", assegurou.

# Suplicy quer ouvir Fraga sobre votação de Grossi

Senador do PT convida presidente do Banco Central para esclarecer fatos que teriam ocorrido durante a aprovação, pelo Plenário do Senado, do nome da nova diretora de Fiscalização, na semana passada

## Távola debate hoje bandas de música

O Programa de Incentivo às Bandas de Música é o tema do debate, que a TV Senado exibe hoje, às 6h30, 13h30 e 19h30, envolvendo o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o secretário de Música do Ministério da Cultura, Joatan Vilela.



Távola lembrou que as bandas de música sempre foram um meio de formação de instrumentistas, além de importantes como forma de expressão cultural, tanto nos grandes centros como nas áreas mais afastadas.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

1h — *Debate*: Senador Artur da Távola e Joatan Vilela, secretário de Música do Ministério da Cultura, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
2h — *Unip*: Próstata  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil*: Espírito Santo  
3h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Lessa fala sobre a poluição ambiental  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Próstata  
5h — *TV Escola* — Deficiência física: Adulto, cidadão e diferente  
5h30 — *Unip*: Próstata  
6h — *Debate*: Senador Artur da Távola e Joatan Vilela, secretário de Música do Ministério da Cultura, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
7h — Seminário "Águas 2000"  
8h30 — *TV Escola* — Deficiência física: Adulto, cidadão e diferente  
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco  
9h30 — *Entrevista*: Senadora Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas  
10h — Sessão Plenária em homenagem a Gilberto Freyre (gravado)  
11h30 — *Especial*: Casa-museu Gilberto e Magdalena Freyre  
12h — *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo  
12h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Lessa fala sobre a poluição ambiental  
13h — *Cores do Brasil*: Sergipe  
13h30 — *Debate*: Senador Artur da Távola e Joatan

Vilela, secretário de Música do Ministério da Cultura, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
18h30 — *Entrevista*: Senadora Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas  
19h — *Cores do Brasil*: Turismo na Bahia  
19h30 — *Debate*: Senador Artur da Távola e Joatan Vilela, secretário de Música do Ministério da Cultura, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
20h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Lessa fala sobre a poluição ambiental  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a comparecer amanhã à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para debater fatos que teriam ocorrido no dia da votação pelo Plenário do Senado da indicação da economista Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Suplicy referiu-se a entrevista concedida pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO) à TV Senado, onde ele teria afirmado, segundo o senador pelo PT, que só votaria pela indicação de Teresa se Fraga garantisse que reexaminaria uma dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron) para com o Banco Central.



Suplicy também convidou o senador Ernandes Amorim a comparecer à comissão

Registrando que o senador Ernandes Amorim também foi convidado para estar na CAE amanhã, Eduardo

Suplicy antecipou que o próprio Armínio Fraga teria lhe dito, por telefone, que iria reexaminar a questão do Beron, mas não condicionou sua decisão ao voto do senador por Rondônia nem garantiu que o Banco Central decidiria a favor do banco daquele estado:

— Não se trata de um episódio em que foi dito "vote assim que vou tomar uma decisão, e que isto vai lhe enriquecer" ou algo deste tipo, mas de uma questão séria, que deve ser examinada para que possamos compreender como se dá a relação do Executivo com o Senado, no momento em que são realizadas votações importantes — opinou Eduardo Suplicy.

## Senador questiona distribuição de cestas

A instituição do programa Alimento para São Paulo, criado pelo governador Mário Covas para a distribuição de cestas básicas a pessoas carentes, foi alvo de questionamento do senador Eduardo Suplicy. Ele disse lamentar que o governo paulista tenha optado por distribuir alimentos em vez de criar um programa complementar que garanta uma renda mínima para a população: — Quero observar que o objetivo do programa, de assegurar alimentação para famílias carentes, é importante. As exigências de frequência escolar das crianças, vacinação obrigatória, exame papanicolau, frequência a cursos de formação profissional e obtenção de documentos pessoais também são relevantes. Mas questiono a decisão de distribuir cestas básicas ao invés de ins-

tituir um patamar superior de dignidade para as famílias, provendo-lhes uma renda mínima que pudesse ser gasta à sua escolha — disse Suplicy.

O senador por São Paulo opinou que apenas em emergências, quando as pessoas estivessem passando por uma situação de fome e pobreza e não houvesse um meio rápido de levar alimentos para os armazéns da localidade, se justificaria, em caráter provisório, um programa de distribuição de cestas básicas. Suplicy lembrou que, no ano passado, o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a distribuição de cestas. "Parece que o governador Mário Covas não ouviu", comentou.

Eduardo Suplicy também discordou de declarações dadas à imprensa pelo

senador José Jorge (PFL-PE), segundo as quais a oposição teria cometido um erro ao convocar os ministros Pedro Malan (Fazenda), Waldeck Ornelas (Previdência e Assistência Social) e Francisco Dornelles (Trabalho e Emprego) para participarem de audiência na comissão mista que vai examinar a medida provisória sobre o reajuste do mínimo.

Segundo o senador por Pernambuco, a convocação dos três ministros atrasaria os trabalhos da comissão, conforme relatou Suplicy. O senador do PT esclareceu que a intenção da oposição é debater com o governo uma forma de garantir aos trabalhadores uma renda melhor, e que o debate com os ministros não atrasará o encerramento dos trabalhos da comissão.

## Lauro censura posição de técnica do FMI sobre reajuste do mínimo

O senador Lauro Campos (PT-DF) classificou de "absurda" a declaração da chefe da missão técnica do Fundo Monetário Internacional no Brasil, Teresa Ter-Minassian, de que um aumento exagerado do salário mínimo para o setor privado poderia elevar os níveis de emprego informal em todo o país.

Para Lauro Campos, o receio da técnica do FMI não tem qualquer fundamento, mas admitiu que a afirmação de Teresa Ter-Minassian pode ser explicada porque ela pertence a uma instituição que "controla a economia brasileira" e, portanto, se preocupa apenas com os interesses do Fundo Monetário:

— De nada adiantou os parlamentares proporem um salário mínimo maior e que atendesse aos reclamos de um povo sofrido — disse o senador, ao garantir que os R\$ 151 propostos pelo Executivo já estavam previamente fixados pelo FMI junto às autoridades



Lauro: afirmação se explica porque, para ele, o FMI controla a economia brasileira

econômicas. A seu ver, o que o Fundo Monetário quer com esse mínimo é reduzir o mercado de trabalho brasileiro praticamente a zero.

Lauro Campos também se mostrou preocupado com a venda de ativos da Petrobras, conforme informa a associação dos engenheiros da empresa. Se-

gundo ele, este é o primeiro passo para que a Petrobras seja privatizada.

Ele disse estranhar que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha permitido a venda dos ativos apesar de ter assumido um compromisso em não privatizar a empresa, em carta enviada ao Congresso Nacional em 1996, quando da discussão da emenda constitucional que tratava sobre a quebra do monopólio da Petrobras.

O senador pelo DF também comentou os altos lucros obtidos pelos bancos estatais privatizados ocorridos no ano passado. Somente no Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) foi registrado um lucro líquido de R\$ 706,9 milhões, informou:

— Mas esta verdadeira mágica tem uma razão: os grupos que compraram os bancos receberam de mãos beijadas um patrimônio invejável. Por isso, entre outros tantos atrativos, saíram rapidamente do vermelho e entraram no azul — concluiu Lauro.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 khz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Requião reafirma acusações contra governador do Paraná

“Não acredito que Jaime Lerner seja narcotraficante ou usuário. Ele é frouxo, irresponsável”, diz parlamentar

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a acusar o governador do Paraná, Jaime Lerner, de envolvimento com o narcotráfico e o crime organizado, durante discurso feito sexta-feira. “Não acredito que Jaime Lerner seja narcotraficante ou usuário. Ele é frouxo, irresponsável”, disse.

Requião registrou nota distribuída pelo presidente do Tribunal de Justiça paranaense, desembargador Sydney Zappa, segundo a qual Cândido Martins de Oliveira, ex-secretário de Segurança Pública do Paraná, “foi no mínimo conivente” com os fatos que levaram a CPI do Narcotráfico ao estado. A declaração, informou o senador, foi dada em resposta a Oliveira, que havia dito

que o Judiciário estadual não tivera coragem de negar as 15 prisões pedidas pela CPI. Segundo Zappa, continuou o senador, o secretário de Segurança foi informado de irregularidades e não as apurou.

Requião contou que, pouco depois do meio-dia da última quinta-feira, após ter saído do Plenário, foi avisado por Eduardo Suplicy (PT-SP) e Álvaro Dias (PSDB-PR) sobre a carta de Lerner, lida pelo líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), carta que Requião classificou de “caluniosa, safada e desabrida”. De acordo com o senador, Napoleão esperou que ele saísse do Plenário para assumir “o papel de pistoleiro de aluguel do PFL do Paraná”. A atitude

de Napoleão, prosseguiu, “foi covarde”, pois a prática na Casa é de avisar aos colegas quando eles serão citados em pronunciamento.

Requião também registrou da tribuna seu protesto contra a “cobertura fraca” do *Jornal do Senado* sobre a discussão travada por ele com o líder pefelista no Plenário do Senado. “Corrijo o *Jornal do Senado* deixando claro que fui agredido de forma solerte e covarde”, afirmou.

Ele apelou ao governador do Piauí, Francisco Mão Santa, para que ele lhe envie “perfil biográfico” do líder do PFL. “Lerei o perfil na presença de Hugo Napoleão, não vou esperar que ele se retire do Plenário”, garantiu.

## Para senador, venda da Petrobras já está em curso

A venda de parcela significativa de ações da Petrobras em mãos da União significa, para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que o presidente da República está quebrando a promessa de não privatizar a Petrobras. O compromisso foi assumido quando o Plenário do Senado apreciava a emenda constitucional que quebrou o monopólio estatal do petróleo. Ele leu documento elaborado pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) segundo o qual a Agência Nacional do Petróleo (ANP) passou a vender também ativos da empresa, “manobra iniciada na área de transportes, que já está sendo praticada no segmento de refino”.

Segundo o documento, a ANP estaria inconformada com o fato de a Petrobras ter 98% do refino no país e ameaça



Conforme Requião, FHC rompeu com a promessa de não privatizar a Petrobras

recorrer ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que a empresa se desfaça de parte de suas refinarias. Os 98% do refino nacional representam 2% do mercado mundial, onde 98% são monopolizados pelo cartel de multinacionais do petróleo. “O diretor-geral da ANP quer ver a Petrobras dividindo os seus 2% com quem já monopoliza 98%”, dizem os técnicos.

Conforme os engenheiros, a venda de refinarias desestabilizará o sistema integrado de produção, refino e distribuição. As refinarias da empresa é que garantem a lucratividade dos campos de petróleo, dizem eles. Segundo a Aepet, México e Venezuela usam estratégia diametralmente oposta à pretendida pela ANP: perceberam a necessidade de integrar produção, refino e distribuição

e estão comprando refinarias nos Estados Unidos para processar óleo pesado.

O presidente da Petrobras, enfatizou o senador ao ler o documento, assinará acordo com a Repsol pelo qual entregará a refinaria Alberto Pasqualini (RS) em troca de postos de serviço na Argentina, “num momento em que os industriais estão fugindo daquele país”, tal a crise econômica que o atinge. “A situação pode se resumir na absurda atitude de um turista que se aproxima de um vulcão instantes antes de sua erupção, enquanto a população foge. Nós, brasileiros, somos o turista”, leu o senador.

Jefferson Péres (PDT-AM) concordou com Requião dizendo que o governo parece mesmo ter adotado caminhos tortuosos para, de fato, privatizar a Petrobras. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu o encaminhamento de requerimento de informações ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, sobre o assunto. Mas Requião afirmou que o papel da oposição, “com essa maioria submissa ao governo”, é denunciar o Executivo.



Roberto Freire também saudou a homenagem feita a Gregório Bezerra no município de Moreno

## Freire elogia deputados de PE por decisão contra a pilantropia

Com apenas três votos contrários, registrou o senador Roberto Freire (PPS-PE), a Assembléia Legislativa pernambucana extinguiu a prática de alocar recursos para serem distribuídos por deputados estaduais a entidades assistenciais – a chamada “pilantropia”, já extinta por várias outras assembleias legislativas, como a do Rio Grande do Sul, e pelo Congresso.

– O Parlamento não é para fazer filantropia, é para fazer leis – afirmou. Ele disse esperar que outras assembleias

do país tomem a mesma decisão.

Em outro registro que definiu como “auspicioso”, Freire destacou o “simbolismo emblemático” de homenagem prestada a Gregório Bezerra em Pernambuco: a Rua 31 de Março, no município de Moreno, na Zona da Mata do estado, passará a ser Rua Gregório Bezerra. “Sem revanchismos, estamos acertando contas com a História”, disse, lembrando que, em 31 de março de 1964, o líder comunista “estava sendo barbaramente torturado no Recife”.

# Marluce Pinto cobra mais recursos para a área de educação

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) voltou a pedir mais verbas para a educação em todos os níveis e disse “ser chegada a hora de o país ter um ensino realista que reflita os anseios da sociedade e não os interesses políticos ou de grupos econômicos”.

Ela entende que a educação tem que ser prioridade nacional e somente através da canalização de recursos dentro do Orçamento da União o país poderá passar a ter um ensino de boa qualidade e que atenda à crescente demanda. Embora reconheça os esforços do presidente Fernando Henrique Cardoso em benefício da educação, Marluce Pinto acha que muitas decisões continuam dando errado. Como exemplo, citou o programa Educação Infantil, destinado a atender crianças de até três anos em creches e de quatro a seis anos em pré-escolas.

– Infelizmente, apareceu uma pedra no caminho do Educação Infantil, que não deixa de ser um bom programa: o próprio Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) provocou uma paralisação no crescimento das matrículas



Segundo Marluce, a prioridade à educação fundamental tem prejudicado o ensino pré-escolar

ao estabelecer prioridade para o ensino fundamental, prejudicando muitas crianças – observou Marluce Pinto.

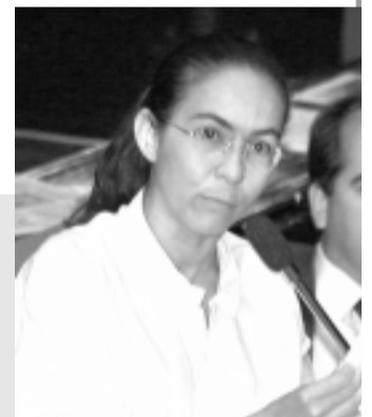
A senadora também estranhou que a Comissão de Orçamento tenha aumentado, conforme a imprensa, em mais de 1.000% os recursos para a construção de quadras esportivas e em apenas 2% para a educação. “Não sou contra que os nossos jovens tenham locais apropriados para a prática do esporte, mas é necessário mais dinheiro para a educação”, concluiu.

## Heloísa Helena pede cota específica para impressão em braile

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez uma consulta à Mesa sobre a possibilidade de se criar uma cota específica para os gabinetes parlamentares destinada à impressão de material gráfico em braile. Ela alegou haver milhares de pessoas portadoras de deficiência visual no país que não têm a oportunidade de acompanhar as informações sobre os trabalhos legislativos do Congresso.

Além disso, argumentou a parlamentar por Alagoas, caso um senador pretenda imprimir qualquer material em braile, é obrigado a trocar sua cota de impressões na gráfica do Senado na proporção de 22 mil exemplares comuns para apenas 100 em braile.

– Ano passado, imprimir 200 livros em braile, mas tive de abrir mão de 44 mil exemplares comuns da minha cota na gráfica. Portanto, faço um apelo para que a Mesa rediscuta o problema, pois a gráfica do Senado tem a maior boa vontade em nos ajudar, mas tem um limite, que é a cota do nosso gabinete – disse.



Heloísa Helena quer oferecer aos deficientes meios de acompanhar as atividades do Congresso

Ao responder a Heloísa, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que presidia a sessão, disse ser a ponderação da senadora “altamente pertinente”, e determinou à Secretaria Geral da Mesa que, em articulação com a Diretoria Geral da Casa, levante todas as informações sobre o assunto e as encaminhe à Mesa para uma decisão final.